

Fiesp dá sua receita antiinflação. Sem heterodoxia.

MARONI J. DA SILVA

Uma política negociada para preços e salários, excluindo-se totalmente um choque heterodoxo (congelamento), controle dos gastos públicos, da moeda e do crédito e medidas que preservem as reservas, de forma a evitar uma crise cambial, mas com a possibilidade, num segundo momento, de liberação do câmbio. Esta receita para combater a inflação é parte de um plano que a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) vem discutindo, internamente, exposto num documento de nove páginas obtido pelo Jornal da Tarde, e que prevê recessão.

Na avaliação da Fiesp, "o País está à beira da hiperinflação" e por isso "seria mais prudente o governo tomar medidas imediatas que possam evitar a eclosão da crise, com um programa visando ao combate do atual processo inflacionário, cujo ponto principal é o controle da moeda pelo Banco Central". "Na ausência de medidas de ajuste econômico", observa o documento, "a hiperinflação é o resultado inexorável desse processo". Pela avaliação dos economistas da Fiesp, o sistema de indexação está com os dias contados e poderá provocar a total desconfiância dos agentes econômicos em relação à moeda.

"Para evitar a eclosão da crise e de todo o custo social e econômico que ela acarretaria", o documento manifesta expectativa de que o novo governo venha a tomar medidas de curto prazo, baseadas nos itens referidos. Não descarta porém a necessidade de um programa de médio e longo prazos, com vistas "ao fortalecimento da economia de mercado, liberalização das relações econômicas do

País com o Exterior e que trate da modernização do Estado".

Controle do déficit

"O desequilíbrio nas finanças públicas é estrutural e o equilíbrio orçamentário requer verdadeira reforma no Estado, que poderá incluir medidas como: completar a autonomia fiscal dos governos estaduais e municipais, reduzindo ao mesmo tempo suas cotas-partes na arrecadação do Imposto de Renda e do IPI; ampliar e reformular a base do Imposto de Renda, reduzindo os tratamentos preferenciais e os incentivos e os ganhos não-tributáveis; reduzir os novos direitos e remunerações assegurados pela Constituição; e cortar a dependência de bancos oficiais, Tesouros estaduais e municipais em relação à União".

Os efeitos dessas medidas sobre o déficit, segundo o documento, ocorreriam "apenas a médio e longo prazo". E, se o problema inflacionário não fosse tão grave, seria possível aguardar esses resultados. Por isto, a Fiesp prevê também a eliminação do déficit via controle de caixa. Para esta hipótese o documento descreve uma série de alternativas. A primeira seria um pedido de autorização ao Congresso Nacional para que o Executivo pudesse aumentar a arrecadação tributária. Mas podem ser tomadas também outras medidas que não dependem de aprovação pelo Congresso: atualização das tarifas e preços públicos e eliminação das transferências de recursos às estatais.

Moeda, crédito e câmbio

"O objetivo da política monetária seria a estabilização do

agregado monetário (moeda em circulação, depósitos bancários à vista mais os títulos públicos federais em poder do público — Letras Financeiras do Tesouro)". Sobre isto, o documento também prevê uma série de alternativas, sendo que "na mais radical o risco de perda de capital para o setor privado seria máximo". Esta alternativa "consistiria em substituir as LFTs por LTNs, um título prefixado com desconto sobre o valor nominal na data da colocação".

Na área cambial, o documento considera que a conjuntura "torna difícil saber a taxa correta que viria a equilibrar o balanço de pagamentos". E sugere que o governo poderá liberar o câmbio através de um sistema de "leilão de divisas, realizado diariamente pelo Banco Central, para todas e quaisquer operações em moeda estrangeira. Ao mesmo tempo, o Banco Central manteria os controles sobre os fluxos de comércio e de capitais até que a situação das reservas permitisse um processo gradual de liberalização do comércio exterior".

Preços e salários

"Seria totalmente condenável um novo congelamento de preços e salários, porque representaria uma interferência indevida do governo no processo de formação de preços, envolveria riscos imponderáveis na fase do descongelamento e desorganizaria novamente o sistema de produção e de abastecimento. Recomenda-se que a Casa (Fiesp) defenda a posição de que uma política de rendas, dentro de um sistema democrático, deve ser negociada entre as várias partes envolvidas: produtores, consumidores, trabalhadores e governo."